

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA**

Entrada nº: _____

Data: 07 JUN 2017



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2017.06.06

ASSUNTO: Proposta n.º 486-P/2017

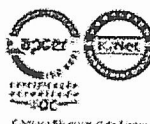
«Aprovar a Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Sintra aprovado para o ano de 2017».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 6 de junho de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA


Basílio Horta



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra / Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

22

Nos termos do Art.º 57.º, n.º3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 06-06-2017**.

Proposta nº 486-P/2017, subscrita pelo Sr. Presidente que se anexa:

VOTAÇÃO:

Aprovada por unanimidade.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 6 de junho de 2017.

O Presidente


Basílio Horta

O Coordenador Técnico


Victor Castro





PROPOSTA Nº. 486 -P/2017

I – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL APROVADO PARA 2017

Considerando que, de acordo com o que resulta dos artigos 28.º e 29 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o empregador público deve planear para cada exercício orçamental o respetivo mapa de pessoal *“tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver”* no referido período temporal, e em face da missão, das atribuições, da estratégia e dos objetivos fixados, elementos que devem acompanhar a proposta de orçamento;

Considerando que, também nos termos do disposto no artigo 29.º do referido diploma legal, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizadas em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar, do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam, incluindo o perfil de competências transversais complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho;

Considerando que o mapa de pessoal vigente para o ano de 2017, aprovado por deliberação tomada em reunião ordinária do Órgão Deliberativo Municipal de 17 de novembro de 2016, sob proposta aprovada em Reunião de Câmara de 25 de outubro de 2016, incluiu a previsão das necessidades então identificadas pelos serviços, essenciais à prossecução dos objetivos estratégicos municipais para o corrente ano, suscitadas em sede de planeamento das atividades, bem como o mapa de recrutamentos correspondente à abertura dos procedimentos concursais orientados para o provimento definitivo de postos de trabalho, previstos como necessários e não providos definitivamente;

Considerando que, em data recente, vieram os dirigentes responsáveis pela área de atividade relacionada com a educação, (**Departamento de Educação**), reiterar a necessidade de reforço de pessoal para afetação à área de planeamento e logística educativa, designadamente pela criação de um posto de trabalho da carreira de **Técnico Superior na área funcional de Dietética e Nutrição**, a preencher por recurso a Procedimento Concursal Comum e **quatro postos de trabalho da carreira de Assistente Técnico, categoria de Coordenador Técnico**, que implicarão a criação de quatro subunidades orgânicas com o nível de secção, no âmbito da Divisão de Planeamento e Logística Educativa, a colmatar por recurso à figura jurídica da mobilidade intercategorias.

Reunião de

6 JUN, 2017

Deceto Agendado com

Nº 22



Considerando que os fundamentos que sustentam estas necessidades resultam da internalização de atividades anteriormente cometidas à EDUCA, EEM e que se traduziram na liderança de um conjunto significativo de processos, entre os quais se destaca, pela sua dimensão e complexidade, bem como pela importância social da sua prestação, o processo de gestão dos refeitórios escolares das escolas e jardim-de-infância da rede pública de Sintra.

Considerando a complexidade deste processo de gestão, que envolve competências e atribuições que se revestem de suma importância e que envolvem a gestão de 92 refeitórios escolares responsáveis pelo fornecimento de 13.000 refeições diárias, o que envolve, para além das questões de coordenação logística e administrativa, a gestão de recursos humanos, de instalações e equipamentos, dos recursos materiais e bens alimentares, numa articulação sistemática com a empresa fornecedora de refeições, acompanhando e supervisionando quer os processos de confeção e os serviços prestados pelos refeitórios, quer o sistema de controlo de presenças dos alunos para verificação da faturação apresentada pela empresa e para gestão do processo de venda e faturação de refeições escolares.

Considerando ainda a relevância social da área em que este processo se inscreve, já que, paralelamente às questões administrativas, existe uma aposta claramente direcionada para a melhoria qualitativa do serviço prestado, pretendendo-se contribuir, em última instância, para a prevenção da saúde das crianças e jovens, através da implementação, quer de programas de redução do sal na alimentação escolar, quer da promoção da educação alimentar e de hábitos de alimentação saudáveis, que se têm materializado em sessões informativas e workshops destinados a pais e alunos das escolas do Concelho, na realização de estudos no âmbito da segurança alimentar, na avaliação sistemática do serviço de fornecimento de refeições escolares e em programas de combate ao desperdício alimentar – tudo fundamentos que sustentam e justificam o reforço dos meios humanos nas referidas carreiras e áreas funcionais.

Considerando que se encontra prevista a abertura de um novο Polo da Biblioteca Municipal de Sintra, em Rio de Mouro, no próximo mês de junho, que se impõe dotar dos necessários recursos humanos, o que se traduzirá na necessidade de criação de dez postos de trabalho na carreira de Assistente Técnico, a preencher por recurso a procedimento de mobilidade interna restrito a trabalhadores desta Câmara Municipal, entretanto já encetado para o efeito.

Considerando que, diversos serviços municipais, através dos respetivos dirigentes, têm vindo a evidenciar necessidades de recursos humanos, designadamente na categoria de Técnico Superior e de Coordenador Técnico, a satisfazer por recurso à apresentação de propostas para concretização de mobilidades intercarreiras e intercategorias, fundamentando e justificando que estas necessidades já se encontram, maioritariamente, a ser colmatadas por trabalhadores da Autarquia, que

Reunião de

6 JUN. 2017

2



vêm desempenhando as funções inerentes a carreira/categoria superior, na carreira de que são detentores.

Considerando que, neste sentido, e atenta a importância estratégica da valorização profissional dos trabalhadores municipais, associada às necessidades evidenciadas pelos serviços, bem como a possibilidade que a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho prevê, de concretização de mobilidades intercarreiras para carreira de grau de complexidade superior ao da carreira em que o trabalhador se encontra integrado, conforme artigo 93.º do mencionado diploma legal, se entende **pertinente o aditamento de 12 postos de trabalho correspondentes à concretização de medidas de valorização de trabalhadores existentes**, seja pela via da mobilidade intercategorias ou pela concretização da mobilidade intercarreiras.

Considerando que, nos termos da Proposta n.º 897-P/2016, foi encetado procedimento concursal para contratação, a termo resolutivo certo e por um período inicial de um ano, de 10 Assistentes Operacionais na área funcional de Ação educativa – apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, cujas celebrações de contrato ocorreram no passado mês de março. Atendendo à urgência que revestiu o referido procedimento, fundamentada na existência de necessidades consideradas imprescindíveis para cumprimento do rácio de trabalhadores não docentes nos Agrupamentos de Escolas do Concelho e a existência de um número substancial de postos de trabalho de natureza permanente identificados como necessários, e vagos, no Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, foram estes, àquela data, afetos à satisfação, urgente, da necessidade então evidenciada.

Considerando no entanto que, tratando-se de contratação a termo resolutivo certo, esta não se coaduna com a ocupação de postos de trabalho de carácter permanente, torna-se necessário que se proceda a um reajustamento ao mapa de pessoal, garantindo-se, deste modo, a adequação dos referidos instrumentos às reais necessidades entretanto identificadas pelos serviços municipais;

Tenho a honra de **PROPOR** que o **órgão executivo municipal aprove e delibere submeter a subsequente deliberação de aprovação da Assembleia Municipal**, ao abrigo das competências conferidas pelo n.º 3 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e alínea o), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a **Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Sintra para 2017**, a qual se consubstancia:

a)- No aditamento de um total de 13 postos de trabalho: 7 na carreira e categoria de Técnico Superior e 6 na carreira de Assistente Técnico, categoria de Coordenador Técnico, por referência às áreas funcionais e unidades orgânicas

Reunião de

6 JUN. 2017

3



melhor identificadas em quadro seguinte e com a caracterização constante em Anexo I à presente Proposta e que da mesma faz parte integrante:

Carreira/Categoria	Área funcional	Serviço	Nº de postos de trabalho
Técnico Superior	Dietética e Nutrição	DED_DPLE	1
	Biblioteca e Documentação	DCD_DCUL	1
	Arqueologia	DCD_DCUL	2
	Engenharia Civil	DGP_SIEE	1
	Psicologia	DSI_DSAS	1
	Línguas e Literaturas Modernas	DCD/DTUR	1
Coordenador Técnico	Administrativa	DED_DPLE	4
		DM-APG_DPPE	1
		DCD_DCUL	1

b)- no mero reajustamento de postos de trabalho já existentes em mapa de pessoal oportunamente aprovado e em vigor para o ano de 2017, designadamente:

- Afectação de 10 postos de trabalho já existentes na carreira de Assistente Técnico (e que vagaram por transição dos respectivos titulares para a carreira Técnica Superior, tonando-se desnecessária a sua manutenção nos actuais serviços municipais) à Divisão de Cultura, por forma a viabilizar o recrutamento (também interno e a decorrer) de trabalhadores a integrar na Biblioteca Municipal de Rio de Mouro;

- Caracterização de 10 postos de trabalho da carreira de Assistente Operacional (área funcional de auxiliar de acção educativa) como de natureza transitória, correspondentes aos contratos de trabalho a termo resolutivo certo outorgados com carácter de urgência, tendentes à satisfação de necessidades temporárias relacionadas com o apoio às crianças com NEE.

II - ADITAMENTO AO MAPA DE RECRUTAMENTOS 2017

Considerando que:

A satisfação da necessidade de um Técnico Superior (Dietética e Nutrição), identificada pelo Departamento de Educação para reforço dos recursos humanos da Divisão de Planeamento e Logística Educativa, determinará um aditamento ao mapa de Recrutamentos inicialmente aprovado para 2017, a que se refere a Proposta nº 6-P/2017, de 5 de janeiro, correspondente à abertura dos procedimentos concursais orientados para o provimento definitivo da totalidade dos postos de trabalho identificados como necessários;

Reunião de

6 JUN. 2017

Doctº Agendado com o
Nº 22

Tenho a honra de submeter a competente deliberação do órgão executivo municipal, que, ao abrigo das competências conferidas pelos artigos 30º e 31º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, tendo em conta as necessidades evidenciadas, bem como as disposições legais aplicáveis em matéria de gestão das despesas com pessoal, **seja aprovado o seguinte aditamento ao mapa de recrutamentos para 2017, anteriormente aprovado, correspondente agora à abertura de procedimento concursal que se identifica como urgente, orientado para o provimento definitivo do seguinte posto de trabalho:**

Carreira	Área funcional	Serviço	Nº de postos de trabalho
Técnico Superior	Dietética e Nutrição	DED_DPLE	1

III - AUTORIZAÇÃO PARA ALARGAMENTO DA ÁREA DE RECRUTAMENTO A PESSOAL NÃO DETENTOR DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO

Considerando que, nos termos e em cumprimento do disposto no artigo 30º da Lei Geral em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, “O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado”, admitindo-se, em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho, a possibilidade de se recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal;

Considerando que, em momento anterior, já foi encetado procedimento concursal tendente ao provimento de posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior para a referida área funcional, com o universo de recrutamento restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, previamente estabelecido, nos termos e em cumprimento do disposto no artigo 30º da LTFP, tendo resultado evidente a insuficiência de candidaturas, obstando à constituição de reserva de recrutamento, e, neste contexto, à satisfação de necessidades supervenientes na área funcional em causa, esgotando-se o procedimento com a ocupação do lugar para o qual foi inicialmente aberto;

Considerando que, em face do referido, se perspetiva não ser possível concretizar o recrutamento identificado como necessário, no âmbito do procedimento concursal comum a encetar, dirigido ao universo de trabalhadores da Administração Pública,



com vínculo de emprego público previamente estabelecido, como evidenciado supra, e ainda atenta a especificidade das funções a desenvolver e as particulares características do posto de trabalho;

Considerando que haverá, ainda, que observar as disposições específicas sobre a matéria, previstas em sede de Lei do Orçamento do Estado para 2017 (LOE 2017), aprovada pela Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, concretamente as previstas no artigo 48.º, o qual define os atuais constrangimentos no que respeita ao controlo do recrutamento de trabalhadores para que possa ser autorizado o alargamento da área de recrutamento a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, apenas aplicável, contudo, aos municípios que se encontrem em situação de saneamento ou de ruptura;

Considerando que, no que especificamente respeita aos municípios em equilíbrio não se impõe qualquer obrigação de redução de efetivos impondo-se, antes, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais.

E, considerando, por fim, que:

Se encontra identificada urgente necessidade de afetação de novo efetivo, no âmbito das atividades inerentes ao Departamento de Educação, designadamente no âmbito das atribuições da Divisão de Planeamento e Logística Educativa, que importa assegurar, atento o acréscimo do volume de trabalho em curso;

E, nos exatos termos e pelo conjunto de razões supra explicitadas, que se afigura imprescindível a concretização do recrutamento identificado, tendo em vista que o mesmo reveste absoluta e imperiosa necessidade para que se assegure o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público especificamente atribuído aos serviços municipais da área da educação, em especial, as que decorrem da assunção das correspondentes atribuições pelo Município, no cumprimento das obrigações municipais na referida área de atividade.

Tenho a honra de submeter a competente deliberação do órgão executivo municipal, o seguinte:

Reunião de

6 JUN. 2017

Doctº Agendado com o
Nº

22

6



PRESIDÊNCIA

- Que o órgão executivo municipal aprove, ao abrigo das competências conferidas pelos artigos 30º e 31º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, e do artigo 9º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, tendo em conta a necessidade evidenciada, bem como as disposições legais aplicáveis em matérias de gestão das despesas com pessoal, que se proceda à abertura de procedimento concursal, com alargamento excecional da área de recrutamento a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, para recrutamento de um (1) posto de trabalho na carreira Técnica Superior, na área funcional de Dietética e Nutrição, que se identifica como urgente, orientado para o provimento definitivo de posto de trabalho.

Que, nos termos do previsto nos artigos 29.º e 31.º, ambos, da LTFP, se delibere no sentido da previsão da seguinte verba, especificamente afeta a encargos com recrutamento de trabalhadores, correspondendo ao procedimento concursal em referência, no valor global de 1.401,77 €, sendo certo que:

- Existe cabimento orçamental, por referência à totalidade dos encargos inerentes ao posto de trabalho correspondente ao recrutamento de um trabalhador, correspondendo ao procedimento concursal em referência, na rubrica do Orçamento de Recursos Humanos correspondente a "recrutamento pessoal para novos postos de trabalho", a qual se apresenta suficientemente dotada para o efeito.

De acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º da LTFP, o orçamento de recursos humanos deve prever os encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja os recrutamentos, sendo que, no orçamento de RH para 2017 foi prevista uma verba inicial de 1.200.000,00 €, necessária para garantir o provimento de novos postos de trabalho. Existe, neste contexto, disponibilidade financeira para acomodar o valor dos encargos com o recrutamento ora proposto, sendo que a rubrica orçamental indicada ("recrutamento para novos postos de trabalho" 01.01.04.04), apresenta saldo disponível, o qual poderá ainda ser objeto de reforço em valor correspondente a verbas inerentes a postos de trabalho que venham a ficar permanentemente desocupados, tal como permitido pelo n.º 7 do artigo 31.º da LTFP.

Reunião de

6 JUN. 2017

Docº Agendado com o

Nº

22



IV – CRIAÇÃO DE QUATRO SUBUNIDADES ORGÂNICAS NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E LOGÍSTICA EDUCATIVA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Considerando que:

A satisfação da necessidade quatro postos de trabalho da carreira de Assistente Técnico, categoria de Coordenador Técnico, identificada pelo Departamento de Educação, determinará uma conformação da estrutura interna e um reajustamento ao nível das subunidades orgânicas, nomeadamente a criação de quatro subunidades orgânicas com o nível de secção, na estrutura interna da Divisão de Planeamento e Logística Educativa, a preencher por recurso à figura jurídica da mobilidade intercategorias, para prossecução das atividades adstritas ao processo de gestão dos refeitórios escolares das escolas e jardim-de-infância da rede pública de Sintra:

Considerando que, por meu Despacho n.º 14-P/2015, de 20 de fevereiro, determinei a conformação da estrutura interna municipal, procedendo-se ao reajustamento das subunidades orgânicas, no que concerne às secções administrativas, coordenadas por coordenadores técnicos da carreira de assistente técnico à estrutura, nuclear e flexível, decorrente das alterações concretizadas em janeiro e julho de 2014, tudo com integral respeito pelo número máximo total, de 65 subunidades, tal como definido em Assembleia Municipal;

Considerando que, nos exatos termos e pelo conjunto de razões supra explicitadas, se afigura imprescindível a criação de quatro subunidades orgânicas com nível de secção, no âmbito da Divisão de Planeamento e Logística Educativa, tendo em conta que revestem absoluta e imperiosa necessidade para que se assegure o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público atribuídas à globalidade dos serviços municipais e, em especial, as que decorrem das correspondentes atribuições pelo Município, no cumprimento das obrigações municipais no âmbito da área da educação.

DETERMINO, nestes termos e ao abrigo das competências que me são conferidas pelo artigo 8.º e nº 5 do artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, em matéria de criação, manutenção e extinção de subunidades orgânicas, com o nível de secção, coordenadas por um coordenador técnico e a que se refere o nº 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, da carreira de assistente técnico, **que sejam definidas as seguintes subunidades orgânicas:**

- No âmbito do Departamento de Educação - Divisão de Planeamento e Logística Educativa:

➤ Secção de Apoio aos Refeitórios Escolares – Área Operacional 1

Reunião de

6 JUN. 2017



- Secção de Apoio aos Refeitórios Escolares – Área Operacional 2
- Secção de Apoio aos Refeitórios Escolares – Área Operacional 3
- Secção de Apoio aos Refeitórios Escolares – Área Operacional 4

Município de Sintra, aos 30 de maio de 2017

O Presidente da Câmara


Dr. Basílio Horta

Reunião de

6 JUN. 2017

Doctº Agendado com o
Nº

22



Anexo I

1. Caracterização dos postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior

a) No âmbito do Departamento de Educação – Divisão de Planeamento e Logística Educativa:

N.º	Carreira	Descrição das Atividades a Exercer
1	Técnico Superior (Dietética e Nutrição)	Desenvolver funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e científica que visam fundamentar e preparar a decisão, nas áreas da dietética, nutrição e higiene e segurança alimentar, com vista a assegurar a qualidade - alimentar e nutricional -, no fornecimento de refeições aos alunos, que frequentam os estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e de 1º Ciclo do Concelho de Sintra, bem como contribuir para o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis e satisfação da comunidade educativa com o serviço de refeições.

b) No âmbito do Departamento de Cultura, Juventude e Desporto – Divisão de Cultura:

N.º	Carreira	Descrição das Atividades a Exercer
2	Técnico Superior (Arqueologia)	Desenvolver funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e científica que visam fundamentar e preparar a decisão, no âmbito do património arqueológico concelhio. Desenvolve ações que visam a conservação, estudo e divulgação das coleções à guarda do MASMO. Realiza intervenções em sítios arqueológicos do concelho de Sintra, nomeadamente através de projetos continuados de investigação, projetos de estudo, de valorização, recuperação e musealização de sítios e monumentos, ações de salvamento de bens e jazidas arqueológicas, bem como ações preventivas sobre património em risco.
1	Técnico Superior (Biblioteca e Documentação)	Desenvolver funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e científica que visam fundamentar e preparar a decisão, no âmbito do património bibliográfico concelhio. Desenvolve procedimentos para aquisição e renovação do acervo documental das Bibliotecas Municipais, faz a gestão dos procedimentos administrativos inerentes a doações às Bibliotecas Municipais e a outras instituições, é responsável pela Indexação, classificação e apoio ao SABE'S e pela classificação, indexação e cotação das coleções bibliográficas das Bibliotecas Municipais.

Reunião de

6 JUN. 2017

Doctº Agendado com o
Nº

22

c) No âmbito do Departamento de Cultura, Juventude e Desporto – Divisão de Turismo:

N.º	Carreira	Descrição das Atividades a Exercer
1	Técnico Superior (Linguas e Literaturas Modernas)	Exerce funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores, no âmbito da Divisão de Turismo.

d) No âmbito do Departamento de Obras Municipais e Gestão do Espaço Público – Serviço de Iluminação Pública e Eficiência Energética:

N.º	Carreira	Descrição das Atividades a Exercer
1	Técnico Superior (Engenharia Civil)	Exerce funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores. Exerce com autonomia e responsabilidade, funções de investigação, estudos, conceção e aplicação de métodos e processos, enquadrados em conhecimentos profissionais inerentes à licenciatura e inseridos no domínio do Serviço de Iluminação Pública e Eficiência Energética.

e) No âmbito do Departamento de Solidariedade e Inovação Social – Divisão de Saúde e Ação Social – Fábrica do Empreendedor

N.º	Carreira	Descrição das Atividades a Exercer
1	Técnico Superior (Psicologia)	Exerce funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e científica que visam fundamentar e preparar a decisão, no âmbito das atribuições cometidas à Fábrica do Empreendedor; Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia

6 JUN. 2007

2

Docto Agendado com o

Nº

22

N.º	Carreira	Descrição das Atividades a Exercer
		técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores. Exerce com autonomia e responsabilidade, funções de investigação, estudos, conceção e aplicação de métodos e processos, enquadrados em conhecimentos profissionais inerentes à licenciatura e inseridos no domínio da Divisão de Saúde e Ação Social.

2. Caracterização dos postos de trabalho da carreira de Assistente Técnico – Categoria de Coordenador Técnico

a) No âmbito do Departamento de Educação – Divisão de Planeamento e Logística Educativa:

N.º	Carreira	Descrição das Atividades a Exercer
4	Coordenador Técnico	Desenvolver funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável; Realização de atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e diretivas superiores; Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade; Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade, no âmbito do processo de gestão dos refeitórios escolares das escolas e jardim-de-infância da rede pública de Sintra. Desenvolve ações que visam a gestão de recursos humanos, instalações e equipamentos, recursos materiais e bens alimentares. Estabelece uma articulação sistemática com a empresa fornecedora de refeições, acompanhando e supervisionando quer os processos de confeção e serviços prestados pelos refeitórios, quer o sistema de controlo de presenças dos alunos para verificação da faturação apresentada pela empresa, e para gestão do processo de venda e faturação de refeições escolares.

b) No âmbito da Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território - Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos:

N.º	Carreira	Descrição das Atividades a Exercer
1	Coordenador Técnico	Desenvolver funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável; Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e diretivas superiores; Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade; Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.

Reunião de

6 JUN. 2017

Docº Agendado com o

Nº

22

c) No âmbito do Departamento de Cultura, Juventude e Desporto –
Divisão de Cultura

N.º	Carreira	Descrição das Atividades a Exercer
1	Coordenador Técnico	Desenvolver funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável; Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e diretivas superiores; Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade; Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.

Reunião de

6 JUN. 2017

Doc.º Agendado com o

Nº

22